

POLÍTICA

A marca do tempo em Brasília

José Everaldo Ramalho *

Ao invés de passar à história como um moderno e memorável marco arquitetônico nacional, parece que Brasília, um dia, será tombada pelo patrimônio histórico como símbolo maior de um estilo administrativo que repousou e se cevou numa estrutura de poder autoritária e plenamente descomprometida com a realidade brasileira.

Surgida de traço simples — uma cruz, símbolo universal da cristandade — Brasília estaria destinada a receber, transitória e, em parte do espaço destinado à implantação do famoso Plano Piloto de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, quadros dirigentes requisitados de todas as regiões do País, a cada novo governo que fosse eleito pelo povo brasileiro, como aconselhava a tradição política republicana.

De repente, como eleições presidenciais diretas não houveram nos últimos vinte anos, um séquito de áulicos e acólitos, protegidos pelo Poder Executivo imperial que se instalou em Brasília, transformaram a cidade numa Ilha da Fantasia: dos quase onze mil imóveis funcionais destinados a residência de uma elite técnica circulante e que deveria ser substituída a cada quatro anos de governo, pouco mais de cinco mil estão nas mãos de pessoal que já deveria ter retornado às suas origens, ou à região do Lago, éden brasiliense onde muitos mantêm suas nobres residências próprias, verdadeiras Dachas, lembrando mordomias do antes tão criticado regime de Moscou.

Talvez por saber-se à sombra da impunidade, foi que algumas centenas de indivíduos — parecendo ter recebido a missão de administrar a União per omnia saecula, saeculorum, segundo acreditavam — tentaram, por formas espúrias ou expedientes fáceis, dispor de mais de um imóvel num espaço geográfico desenhado, em princípio, para ser ocupado, repetimos, temporariamente, por delegação do restante da nação brasileira.

É triste, e ao mesmo tempo alentador, constatar que a recente e rápida pesquisa efetivada pelo Ministério da Administração comprovou a absurda fragilidade dos critérios estabelecidos no processo de distribuição de moradias funcionais em Brasília, em especial no Plano Piloto e na famigerada região do Lago brasiliense.

É bom lembrarmos que esta questão do uso indevido e impune de próprios funcionais no Distrito Federal tem vinculações indiretas, a nosso ver, com outros lances dramáticos da história da ocupação do espaço residencial de Brasília, ainda que tais fatos passados não sejam da alçada do recém-criado Ministério da Administração.

Vale a pena recordar, por exemplo, que na época do governador Hélio Prates da Silveira, hoje ex-presidente do Banco Sulbrasileiro — por força ou inconveniência do destino? — tivemos o Buritigate: termo derivado do Palácio do Buriti, local oficial de trabalho do governo do DF, e do célebre caso Watergate nos Estados Unidos da América do Norte.

O Buritigate, consistiu, em resumo, na troca de várias projeções, localizadas em estragégicos, escassos e supercalorizados pontos das superquadras brasilienses, destinadas à construção de prédios de apartamentos para servidores do complexo administrativo do governo do DF, por um único bloco residencial que foi subfaturado em con-

dições especiais em nome de familiares do então governador e de outros apaniguados do poder por intermédio da SHIS — Sociedade de Habitações de Interesse Social, organização vinculada à Secretaria de Serviços Sociais de Brasília.

Entretanto, se nos Estados Unidos da América o desfecho do caso Watergate forçou e culminou com a renúncia do presidente Richard Nixon, no Brasil, o ex-governador terminou como ex-presidente do ex-banco Sulbrasileiro, aquele dos 900 bilhões.

Assim, a ocupação do espaço brasiliense para fins habitacionais de interesse do governo foi procedida da forma mais desordenada possível, privilegiando interesses de pessoas e grupos que abusaram de um direito momentâneo, ao serem convocados para o exercício de funções e cargos no Serviço Público Federal, e o que é pior, no mais importante e significativo centro do poder decisório da República brasileira.

Esqueceram, estas pessoas e grupos, que Brasília, como planejada e construída, tornar-se-ia, ao longo do tempo, numa frágil vitrine que permitiria o acompanhamento do desempenho responsável ou irresponsável dos administradores do Serviço Público, passível, portanto, de prestação de contas, a qualquer momento, não apenas frente aos poderes judiciário e legislativo do País, mas acima de tudo e de todos perante o povo brasileiro que, em última análise, é quem lhes delega poder e competência para o exercício de funções públicas temporárias.

Não se deram conta, estes senhores privilegiados, que o avanço tecnológico no campo das comunicações, por eles ironicamente facilitado, permitiria aos veículos da imprensa nacional denunciar, até mesmo sem o desejar, para corações e mentes entediados e inconformados, como a nossa cidade se transformara em uma providencial Ilha da Fantasia, casulo de uns poucos cidadãos fartamente beneficiados em detrimento da miséria de uma vasta maioria de deserdados.

Não acreditavam, estes pretenciosos descuidados, que a roda da história, movimentada pelos atos cívicos carregados nos ombros do povo, viraria de cabeça-para-baixo suas sólidas estratégias políticas, planejadas cuidadosamente para conservá-los e mantê-los no poder por mais tempo ainda, e faria subir, mesmo morto, rampa do Palácio do Planalto acima, um cidadão à margem de qualquer suspeita.

E hoje não ousem estes senhores perguntar por quem os sinos dobram, pois eles não dobram apenas pelo Presidente morto, dobram também pela esperança de todo um povo, traduzida numa Nova República que tem a obrigação de abolir a presença rotineira neste País da maldadada e odienta consigna "o negócio é levar vantagem", durante tanto tempo atrada no rosto de multidões de deserdados, e que apesar de veiculada como propaganda de uma marca de cigarros virou mesmo foi a marca de um tempo brasileiro.

O povo brasileiro, que apesar de tudo ainda não aprendeu a guardar rancor pelos desmandos perpetrados por suas elites dirigentes através dos tempos, como ensina a história política do País, esperará, mais uma vez, agora sabendo cobrar com a energia que flui das ruas, que o governo da Nova República empossado a 15 de março, reze o credo dos negócios públicos pelo Evangelho segundo São Tancredo proclamou, pois somente assim acreditamos poder resgatar a imagem de Brasília como centro de um poder decisório central democrático, participativo, responsável, sereno, justo e comprometido com a realidade social circundante, sepultando, em definitivo, a marca de um tempo que todos desejamos não retorne jamais.

* Estudioso das transformações sócio-políticas-culturais de Brasília e funcionário da Fundação Centro de Formação do Servidor Público.